

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM QUINZE DE  
NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.**-----

----- **ATA NÚMERO CENTO E VINTE E QUATRO** -----

----- Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luísa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Isabel Cristina Rua Pires, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Duarte Albuquerque Carreira, Rosa Lourenço, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Carla Rothes, Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, Susana Maria da Costa Guimarães, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Patricia Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves, Sofia Margarida Vala Rocha, Gabriel Maria Baptista Fernandes e Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro e João Diogo Santos Moura. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira.-----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Carla Rothes.-----

----- Sandra Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Tiago Miguel de Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Margarida Vala Rocha.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Carlos Castro, Catarina Albergaria, Manuel Salgado, Paula Marques, Madalena Braz Leitão.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Gonçalves Pereira, Alexandra Duarte e António Prôa-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

(...)

----- **PONTO 3 – PROPOSTA Nº 605/CM/2016 – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO JUNTO DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI), RESPETIVA MINUTA DO CONTRATO E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DO Nº 2 DO ARTIGO 51º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO - (2XGRELHA BASE - 68MINUTOS); VOTAÇÃO NOMINAL POR EXIGIRE MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS EM EFETIVIDADE DE FUNÇÕES;**-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Muito boa tarde a todos, Senhora Presidente, Senhores Deputados, Caros Colegas do Executivo, Senhoras e Senhores Trabalhadores do Município de Lisboa. ---

----- E é por aqui, que eu vou começar mais uma vez, eu sei que sou um bocadinho repetitivo mas o seu ao seu dono.-----

----- Estamos, hoje, aqui, para vos apresentar um dos planos de investimento mais ambiciosos, planos de investimento municipal, mais ambiciosos da história da cidade, um plano de investimentos que nos coloca na primeira linha do investimento público das cidades europeias.-----

----- Em primeiro lugar, esta possibilidade de estarmos, aqui, hoje, deve-se a todos aqueles que, no município, forma empenhada, e reconhecida por todos, nomeadamente, por aqueles a quem apresentámos o plano de investimentos, da qualidade do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do município. E, em primeiro lugar, se me permitem, apesar de não ser muito ortodoxo, eu gostava de vos pedir uma

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

salva de palmas para todos aqueles, que foram muitos, os que se envolveram neste processo. -----

----- É evidente que, também, há uma palavra de agradecimento para todos aqueles que, e todos aqueles que se envolveram neste processo, já agora, não são só os trabalhadores do município, são os trabalhadores no universo municipal, também os trabalhadores das empresas municipais que, mais uma vez, de uma forma conjunta, articulada, orientada, integrada, desenvolveram este trabalho. Este trabalho, evidentemente, teve uma coordenação da Direção Municipal de Finanças que teve aqui um papel muito especial, a quem, desde já, também, agradeço, à consultoria externa que contratámos dado que veio, digamos, o *know how* envolvido neste tipo de processos vai muito além do normal *know how* e é a primeira vez que fazemos algo tão ambicioso e, portanto, precisamos da ajuda externa, e aprendemos muito com isso, evidentemente, estamos muito mais bem preparados e, até já, oferecemos os nossos préstimos a outros municípios, ou com quem estamos a colaborar, à equipa do BEI, em Portugal e no Luxemburgo, evidentemente, e já agora, também, uma palavra de agradecimento a todos aqueles que, nesta Assembleia Municipal, se empenharam em que este processo chegasse, aqui, hoje, apesar da sua complexidade, em tempo recorde e, portanto, também um agradecimento ao empenhamento da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, dos Senhores Deputados e Presidente da 1ª Comissão. -----

----- Feitos os agradecimentos, vamos ao que interessa. -----

----- Em primeiro lugar, gostava de vos contextualizar, em termos europeus, aquilo que vou apresentar a seguir. O Município de Lisboa é o primeiro município europeu com acesso ao Fundo Europeu de Investimento Estratégico, normalmente, conhecido pelo Plano Juncker. Evidentemente que, para além das vantagens, de estar dentro do Plano Juncker, das vantagens, nomeadamente, as vantagens financeiras que têm impacto nas garantias que é necessário a instituição que estar, que não são nenhuma, ou seja, a Comissão Europeia, resumindo muito rapidamente, a Comissão Europeia confia de tal forma no processo e na instituição que, ela própria, assume as garantias de qualquer incumprimento, neste processo, por parte do Município de Lisboa, e isso é para nós, essa confiança, essa possibilidade que tivemos e que conquistámos de aceder a este patamar, é evidentemente algo que temos de nos regozijar e assinalar para que todos saibam da qualidade daquilo que se faz no município de Lisboa e do reconhecimento que essa qualidade daquilo que se faz no Município de Lisboa, e do reconhecimento que essa qualidade tem nas instâncias com quem nos relacionados. ----

----- Não estamos, evidentemente, neste processo sozinhos, todas as cidades europeias, uma grande parte das cidades europeias, as mais importantes cidades europeias têm concorrido aos financiamentos que o BEI, o Banco Europeu de Investimentos, disponibiliza. E, portanto, há aqui uma listagem que me vou dispensar de exaustivamente, enumerar, mas há uma enorme listagem que vai dos países do Norte, aos países do Sul, aos países mais pequenos e países maiores, em que candidatam-se e têm o ensejo e a arte de conquistar aquilo que são os financiamentos disponibilizados pelo Banco Europeu de Investimento. E, nós estamos nesse grupo restrito, dos que conseguem essa mesma possibilidade. -----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- Depois, só para vos situar o que é que outros têm candidatado, também, para se perceber que há uma parte daquilo que nós estamos a fazer, dado que nós estamos num mundo globalizado, apesar de alguns não quererem, ou quererem dar alguns passos atrás e, portanto, nesse mundo globalizado, de alguma forma, estamos em concorrência com as outras cidades, e as outras cidades, como por exemplo, as duas que ali estão, investem em áreas, nalguns casos, muito semelhantes à nossa e, portanto, também desse ponto de vista, estamos muito alinhados, vamos continuar a estar, mas não queria deixar de vos dar exemplos de cidades como cidades inglesas; Manchester, Langley na Polónia, ou Malmo na Suécia, ou a cidade mais próxima de nós, Barcelona, com idênticos montantes, idênticos pacotes de financiamento e, portanto, no fundo, nesta matéria, ainda temos um longo caminho a percorrer, nalgumas outras áreas, mas esta capacidade de irmos buscar financiamento para os nossos investimentos, e do reconhecimento desse mesmo plano de investimentos como um plano de qualidade, ombreamos com estas cidades que, aqui, vos apresentei entre outras. -----

----- Por outro lado, há aqui um aspeto que eu gostaria de sublinhar que, não sendo ele o mais decisivo, mas dado que é algo que a todos, temos todos muito presente quando estamos a gerir a coisa pública, gostava de vos dizer que, do ponto de vista financeiro, este processo é um processo que conduzirá a menos dívida e melhor dívida, apesar de estarmos a falar num empréstimo. E, portanto, é isso que vos gostaria de explicar. -----

----- Vamos contratar nas melhores condições que, nas melhores condições que aquilo que está disponível para um município da União Europeia, aquilo que é possível, naquilo que são as fontes de financiamento disponíveis para um município como Lisboa, vamos contratar nas melhores condições financeiras possíveis, fizemos alguns testes de mercado e, aquilo que já era evidente pela natureza do Banco Europeu de Investimentos, tornou-se, evidente, também, pelas cotações de mercado. E nós o que estamos, aqui, a fazer é de alguma maneira encontrar financiamento bem que nos vai permitir fazer uma substituição do *stock* de dívida e, no final deste processo, como vos vou, aqui, mostrar, teremos menor dívida do que aquela que tínhamos no início do processo. -----

----- Capacidade de endividamento do município, o município, como sabem, tem contas certas tem vindo a fazer um grande processo de recuperação....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Senhor Vereador, sem eu querer estar a interromper, o tempo da Câmara esgotou-se, e eu vou pedir ao PS para lhe dar tempo mas, de qualquer maneira, isto é uma grelha pequena, portanto, pedia para ter isso em consideração.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Muito bem, vou tentar ser, então, mais rápido, apesar da importância do processo. -----

----- Bem, também muito rapidamente, agora, vou ter de ser muito mais telegráfico, porque, de facto, pensei que a grelha era muito maior, peço desculpa, foi um erro, o equívoco foi meu. -----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- É uma linha de financiamento, portanto, para um investimento de quinhentos e vinte e três milhões de euros para o plano de investimentos de quinhentos e vinte e três milhões de euros, e o Banco Europeu de Investimentos disponibiliza um financiamento de duzentos e cinquenta milhões de euros. É um financiamento vai poder ser utilizado nos próximos cinco anos, portanto, de 2016 até 2020, é um financiamento que tem uma carteira de até 50% de investimentos que cabem dentro do empréstimo, e o restante são fundos próprios, e há são um conjunto de investimentos elegíveis que eu vou explicar, dentro de momentos. -----

----- As condições do empréstimo são muitíssimo vantajosas para o município, houve aqui, uma comparação, quer com o passado, quer com aquilo que, no presente, outras instituições financeiras nos podiam disponibilizar. Evidentemente que o BEI, o Banco Europeu de Investimentos, penso que todos sabemos, faz parte, é uma instituição europeia, foi criada pelo Tratado de Roma, o Governo Português é um dos sócios deste banco e, portanto, ele pela sua natureza, consegue ter as melhores condições de financiamento que, quem consegue entrar neste núcleo restrito, tem disponíveis no mercado. -----

----- Este gráfico tenta dar a noção daquilo que, eu disse há pouco, aquilo que nós vamos amortizar ao longo dos próximos anos, até 2020, vai permitir que nós cheguemos a 2020, ainda, que utilizando um empréstimo de duzentos e cinquenta milhões de euros para um investimento de quinhentos e vinte e três milhões, vamos terminar este ciclo com um endividamento menor do que aquele que temos à data e, portanto, isso é, aqui, importante de sublinhar. -----

----- Aqui, também, digamos, o serviço da dívida que, como vamos, portanto, que está no gráfico mais escuro, era o serviço da dívida se nós mantivéssemos inalterada, digamos, a nossa política de contratação de novos empréstimos, com este novo empréstimo, dado que ele significa, pois ali, o gráfico das colunas mais claras, vai permitir que, gradualmente, a curva, digamos, aquilo que são a nossa carteira do empréstimo em função daquilo que será a nossa utilização, se situe, em 2020, entre a coluna escura e a coluna clara, portanto, com a reposição de empréstimos com condições mais favoráveis ao município. -----

----- Terminaremos, certamente, com um esperado, como eu disse há pouco, com um endividamento inferior e, portanto, com uma margem de endividamento, se quisermos utilizar noutras situações e noutras oportunidades, crescente como a parte mais clara do gráfico nos elucidada, por contraposição, digamos, a parte escura da coluna. -----

----- Muito, também, telegraficamente, o programa de investimentos, como eu disse, tem a configuração que ali está, ele tem três gavetas fundamentais; o Plano Geral de Drenagem, a Regeneração Urbana e a Habitação Social. Sendo que gostava, também, de deixar, aqui, muito claro que foi, também, uma preocupação manifestada, a meu ver, de forma muito correta, por parte do PSD, peço desculpa se mais alguma outra força política manifestou esta, ou falou nesta questão, mas a questão da consensualização de um pacote de investimentos tão relevante e, portanto, nós na construção deste plano de investimentos, tivemos essa preocupação desde o primeiro dia, sabendo que o Banco Europeu de Investimentos precisava que algumas das

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

gavetas, por assim dizer, que fôssemos, que fizessem parte deste pacote de investimentos, fossem mais rígidas e, portanto, nós utilizamos, aqui, a nomenclatura semirrígida, já explico, muito rapidamente, o que é que é, e as outras duas mais flexíveis. O que é que isto quer dizer? O Plano Geral de Drenagem é talvez um dos projetos mais consensuais, neste momento, penso que é o que, digamos, gera a maior unanimidade das forças políticas representadas nesta Assembleia, e na própria cidade e, portanto, pareceu-nos a nós que poderia ser ele a ocupar o espaço de digamos, da gaveta mais rigidificada. Portanto, o que é que acontece aqui? O que é que é significa isto da gaveta mais rigidificada? Aquilo que foram as propostas que apresentámos ao Banco Europeu de Investimentos, para serem alteradas, precisam de um consentimento prévio do Banco Europeu de Investimento. Já as outras duas gavetas, a Regeneração Urbana e Habitação Social, elas são muito mais elásticas e, portanto, em cada momento, em cada ano quando aprovamos o Plano de Atividades, o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, podem daí resultar os ajustamentos necessários à candidatura, contanto que, estejamos a falar, portanto, de facto, estas nomenclaturas são bastante largas, nomeadamente, no que à regeneração urbana diz respeito, mas digamos, que podemos fazer as alterações que, em cada momento, a configuração dos órgãos municipais, assim, entenda por conveniente. E, portanto, esta flexibilidade respeita, a nosso ver, de forma integral aquilo que é a necessidade dos ajustamentos decorrentes de um plano com cinco anos de duração, permitindo ao executivo que, nessa altura estiver em funções, fazer os ajustamentos, quer em função daquilo que é o seu programa político, quer em função das necessidades e daquilo que são, ou daquilo que é o momento, o contexto, de cada ano em que aprovarmos o Plano de Atividades e Orçamento. -----

----- Ele tem uma configuração, ao longo do tempo, que está ali expressa, eu não vou perder muito tempo, aqui, queria mostrar-vos a distribuição, do ponto de vista global, que temos aprovada, são cento e trinta e um milhões de euros para o Plano de Drenagem, trezentos e dezassete milhões para as infraestruturas urbanas, para a Regeneração Urbana e para a Habitação Social, setenta e cinco milhões de euros, até 2020. -----

----- Ele é transversal a todas as áreas do programa de Governo, mas com flexibilidade suficiente, como eu vos expliquei, para se ajustar àquilo que forem as novas determinações dos órgãos do município. -----

----- Neste gráfico tem ali aquilo que já está em curso do lado dos fundos próprios do município, o município fora daquilo que são, o que é o pacote empréstimo já tem a correr naquela outra componente de duzentos e setenta e cinco milhões de euros de fundos próprios cento e quarenta e cinco milhões, já contratualizados e, portanto, isso dá-nos a segurança de que, também, do lado daquilo que é, o que são os fundos próprios estamos com capacidade de respeitar aquilo que contratualizámos com o Banco Europeu de Investimento. -----

----- Vou terminar já. -----

----- A distribuição nos próximos anos é está que aqui está, é isto que vem, aqui, hoje, é a primeira tranche deste pacote que tem cem milhões de euros de contratualização

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

distribuídos pelos dois anos, daquela forma, e entre as diferentes gavetas, da forma que está ali apresentada, e já vos apresentei em Comissão. -----

----- Esta é mais uma distribuição em face daquilo que é só o Plano de Drenagem, digamos, uma distribuição mais fina pelos túneis que é o peso principal, a habitação nova e a requalificação, na gaveta Habitação Social, e depois, uma distribuição por diferentes componentes daquilo que é a gaveta da Regeneração Urbana. -----

----- Para terminar gostava só de vos dizer que este projeto vai responder aos desafios do Município, aos desafios da estratégia de desenvolvimento da cidade e, evidentemente, também vai dizer presente àquilo que é a assunção da responsabilidade da cidade de Lisboa enquanto capital do nosso país, naquilo que é o incremento, a necessidade de incrementar e de fazer crescer o investimento público e que certamente, como todos desejamos, este investimento público vai conseguir alavancar o investimento privado que o país necessita. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- O Senhor Vereador dispôs de tempo cedido pelo PS, pelo PNPN e pelos Independentes, sendo que ainda tem aqui uma pequena margem do tempo dos Independentes para responder a questões que sejam colocadas agora durante o debate.-

----- E vamos passar a palavra ao Senhor Deputado Relator, que é o Senhor Deputado Hugo Xambre, para apresentar o relatório da 1ª Comissão sobre esta proposta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** na qualidade de **Relator apresentou o Relatório da 1ª Comissão Permanente** sobre a **Proposta n.º 605/CM/2016**:-----

----- “O Parecer desenvolve de uma forma muito maior e também explica, ao fim ao cabo, o mecanismo do plano Juncker, visto que é também dada a primeira proposta que vem à Assembleia, sobre também este plano. E, obviamente, depois em outras propostas que no futuro venham, não se torne também necessário, ao fim e ao cabo, explicar qual é o mecanismo, como é que funciona esse plano de investimento. -----

----- Explica também a abertura sobre também a taxa de juro ser variável, ser fixa, conforme as condições de mercado a cada momento, a cada conjunto de amortizações que estão também previstas, nomeadamente, a nível daquilo que é a variação que a Euribor pode ter, que pode depois fazer com que se torne mais rentável para a Câmara ser a taxa de juro variável ou fixa e, explica ao pormenor isso.-----

----- Tem também no Anexo nº 4, no Anexo nº 4A e no Anexo nº 4B, a simulação do custo do empréstimo, do custo de crédito e o plano daquilo que é a amortização pelos 20 anos, que podem ir até ao máximo também de 30 anos, se houver alteração legal para conseguir também permitir isso. O que, obviamente, do ponto-de-vista da Câmara, do ponto-de-vista da gestão financeira da Câmara é, na minha opinião, também seria melhor. -----

----- Em síntese, também a proposta, ao fim ao cabo, o que levou foi que a 1ª Comissão apresente ao Plenário exatamente duas recomendações. Uma que é mais



Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

simples, que é, ao fim ao cabo, também trivial, mas que na discussão em comissão achou-se menos necessária e fica para o futuro, atendendo que esse tipo de propostas têm um impacto por 20 anos, 30 anos na vida da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E, como tal, aquilo que é a primeira recomendação é recomendar que a Câmara Municipal escolha em cada um do conjunto de amortizações as melhores condições financeiras, visto que as condições de pagamento do empréstimo podem ser também variáveis a nível daquilo que é a taxa de juro. -----

----- E, recomenda-se também que a Câmara Municipal de Lisboa remeta para a Assembleia Municipal, o conjunto reportes que têm que também enviar à Comissão Europeia e ao BEI, sobre a execução do Plano LX XXI e sobre aquilo que é o uso que vai dar sobre o conjunto de verbas recebidas.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa só regista, para além do Senhor Deputado José Casimiro, mais dois pedidos de palavra, portanto, peço se algum Senhor Deputado quer usar da palavra que é altura de o sinalizar junto da Mesa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Bloco de Esquerda está de acordo no essencial com esta proposta de financiamento, com as gavetas de que o Senhor Vereador aqui falou e também com a recomendação que a 1ª Comissão produziu. -----

----- As questões que, queria só levantar uma questão que, foi mais discutida se assim se pode dizê-lo, mais polémica que houve na nossa discussão e que motivou e que vai motivar depois o voto nominal por parte dos Deputados. Que é, no fundo, o problema das melhores condições financeiras das taxas de juro serem fixas ou variáveis. -----

----- Nós já compreendemos a posição em relação às condições financeiras, no entanto, não é hábito e, por isso, eu gostava que houvesse um comentário sobre isso, não é hábito estas condições financeiras, ou seja, de uma vez ser por taxa de juro fixa, por outra vez taxa de juro variável. Normalmente, as condições ou são fixas ou são variáveis e, é essa a posição. -----

----- Pareceria-nos a nós quando foi no nosso debate, que poderíamos estar aqui a dar algum cheque em branco à Câmara Municipal para esta negociação. No fundo nós percebemos, no entanto, como isto é uma proposta que exige a responsabilidade de todos nós e não estando aqui em causa o problema do cheque em branco, de qualquer forma, nós queremos sentir-nos responsabilizados e queremos um comentário e segurança sobre este problema. Como eu disse, estamos nós de acordo com a recomendação e com a proposta em si. -----

----- Depois, eu percebi pelo PowerPoint que, em termos de capacidade de endividamento por parte da Câmara também estaríamos dentro do controle em relação à capacidade de endividamento da Câmara, não é? Daí que eu gostaria que isso, pronto, vi no PowerPoint que isso é confirmado, que nós temos capacidade de endividamento, no entanto gostaria que depois o Senhor Vereador pudesse confirmar isso que eu agora estava a reproduzir.” -----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tenho, de facto, que concordar aqui com o Senhor Vereador das Finanças e começar por dizer que isto é, de facto, um momento muito importante e teria sido também muito importante neste momento tão importante podermos contar com o Presidente da Câmara. Até porque, de tão importante que ele é que, tenho de pegar uma vez mais nas palavras do Senhor Vereador das Finanças, quando ele diz que, este é o plano de investimentos mais ambiciosos da cidade de Lisboa dos últimos anos, é verdade. -----

----- É o plano de investimentos mais ambiciosos, é também um plano de investimentos que resulta de um empréstimo ambicioso e que está basicamente a endividar a Câmara Municipal de Lisboa para os próximos 20 a 30 anos. -----

----- E, por isso, o PSD esteve aqui no último debate sobre o estado da cidade a lançar um repto ao Senhor Presidente da Câmara e esse repto foi muito claro. Estamos a falar de um projeto de um plano que vai criar um tal mecanismo de endividamento, para desenvolver um conjunto de infraestruturas. Concordamos com aquela que é a principal obra identificada que é uma das grandes falhas da cidade de Lisboa e que urge podermos colmatar. -----

----- Agora a verdade, Senhora Presidente e Senhor Vereador, é que depois de termos visto o Senhor Presidente da Câmara, aqui nesta mesma Assembleia, aceitar o repto do PSD para um pacto de regime nesta matéria, para acautelar o tal investimento que vai traduzir-se no tal empréstimo, cujos pagamentos iremos estar a fazer nos próximos 20 a 30 anos. A verdade é que, nós não assistimos à concretização dessa disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- E, por isso, obviamente e não por outro qualquer motivo, mas apenas por este, porque estamos a endividar Lisboa para os próximos 20 anos, é responsável que o mecanismo de investimento seja discutido com as restantes forças políticas e, em particular, com o Partido Social Democrata e, isso não aconteceu. -----

----- E, portanto, nós reiteramos e fazemos desta nossa mensagem também depender o nosso voto, que é: Vai ou não vai haver a comissão que foi prometida pelo senhor Presidente para discutir as obras, a tal intervenção mais fina, o tal apuramento para um investimento do plano do BEI?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Lisboa é pioneira e é a primeira cidade europeia que aproveita o Plano Juncker para poder investir em obras que representam sonhos, que representam objetivos da cidade de Lisboa durante décadas que nunca foram também cumprido falta de verbas e que desta forma torna-se possível. Refiro-me ao plano de drenagem, ao reforço da construção de habitação municipal que tanta falta faz, como hoje tivemos oportunidade no período do público de ouvir e que, só o PS, só o conjunto de forças de esquerda, conseguiram construir em Lisboa e conseguiram dar resposta à falta de habitação em Lisboa. E que, mais uma vez, é com o Partido Socialista que vai-se conseguir reforçar esta grande necessidade social que Lisboa tem. Que vai permitir

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

investir em escolas, que vai permitir construir mais espaços verdes, mais parques urbanos, numa cidade virada para o futuro, numa cidade com as melhores práticas urbanas e mundiais.-----

----- E consegue-se isso tudo com um financiamento que não tem garantias e com uma taxa de juro fantástica, que pode ir deste 0,5% até, na pior das hipóteses, ter um custo de 1,127%, ou seja, o máximo que a Câmara Municipal de Lisboa vai pagar por este financiamento é 1,127%.-----

----- E, quando se ouve aqui falar, quando o PSD fala aqui sobre que vai se criar mais dívida, como se o PSD durante anos não tivesse feito o mesmo. Aquilo que eu gostava, quando se fala disso, aquilo que eu gostava que se fizesse é que se comprasse o custo que este empréstimo vai ter, com o conjunto de custos dos vários empréstimos que durante anos a Câmara Municipal de Lisboa teve, com as taxas médias do conjunto de créditos que também a Câmara Municipal de Lisboa ao longo dos anos teve. -----

----- E isso vai-nos dar a uma conclusão muito simples. É que só é possível Lisboa, neste momento, ter esse tipo de condições, porque o BEI tem confiança naquilo que são as contas da Câmara Municipal de Lisboa, porque Lisboa devido ao facto de ter arrumado a casa no tempo certo, devido ao facto de ter sabido baixar a dívida a mínimos também históricos. Consegue, neste momento, ter uma margem de endividamento líquido que permite ter esse tipo de apostas e que é a adesão a esse tipo de planos de investimento que se vai conseguir construir uma cidade com futuro. E que, não é pelo facto de também haver dívida que é algum problema, porque Lisboa consegue ter receitas e consegue ter valores de margem de endividamento líquidas muito superiores para poder ter este tipo de empréstimos. -----

----- E, por isso mesmo, este é que é o caminho para se conseguir também construir obra, para se resolver problemas da cidade de Lisboa e, para de uma vez por todas, poder fazer face a uma série de problemas sociais que muita vez se fala e que até hoje não se conseguiu fazer.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados concluímos os pedidos de palavra...há mais alguém para intervir sobre este ponto? O Senhor Deputado Luís Newton, tem tempo, faça favor.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente vejo-me forçado a intervir novamente, com receio que, eventualmente, ou por incompreensão do Senhor Deputado Hugo Xambre relativamente às minhas palavras ou por inabilidade política, esteja a querer condicionar aqui um processo que eu acho que me parece importante de debate. -----

----- Que é, a questão que o PSD coloca não é uma questão relativamente à matéria, de facto, aliás, se é algo que o PSD manifestou já nos vários momentos, é de que a opção que existe em cima da mesa e o reconhecimento implícito das condições que o BEI oferece, são particularmente interessantes. Essa questão não está em cima da mesa, o que está em cima da mesa e que nós vamos endividar a Câmara para os próximos 20

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

anos. E, portanto, aquilo que o PSD tem vindo a querer salientar e que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa aceitou, aqui, publicamente no último debate da cidade era a criação dessa comissão. E, portanto, sobre isso não ouvimos o Presidente da Câmara.-----

----- Portanto, eu sei que o PS tem tempo e que muito provavelmente o Senhor Deputado Hugo Xambre virá fazer mais umas intervenções, mas eu gostava era que a resposta à questão que é colocada: Vamos todos endividar a Câmara para os próximos 20 anos? A questão aqui é, se o todos, envolve os restantes partidos e o PSD na discussão dos projetos para esses 20 anos ou não?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Julgo que a pergunta é diretamente ao Executivo e não propriamente ao Grupo Municipal do PS e o Executivo certamente responderá à questão que suscitou.-----

----- Eu, neste momento, tem a palavras o Executivo. Pergunto se é o Senhor Vereador João Paulo Saraiva que responde?-----

----- Não vejo o Senhor Vice-Presidente aí presente, o Senhor Presidente da Câmara não está. Portanto, de qualquer modo o Executivo é um Executivo colegial, portanto, vamos ouvir o Senhor Vereador responsável, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra respondeu o seguinte:-----

----- “Em primeiro lugar deixem-me começar exatamente por aí, pela questão de estar ou não estar o Senhor Presidente da Câmara, hoje aqui.-----

----- Hoje estamos a discutir as condições do empréstimo, eu não sei se fui suficientemente claro, nós, em cada momento que vamos discutir o plano de atividades, orçamento e plano plurianual de investimentos, também estamos a discutir a utilização desse empréstimo. Portanto, não precisamos de inventar um novo momento, em cada um desses momentos e em todos aqueles que escrutinamos ao longo do tempo essa mesma execução, estamos a também discutir a utilização desse empréstimo, portanto, não precisamos de inventar nada.-----

----- Nós, estamos aqui apenas a aprovar as condições gerais e a primeira *tranche* desse mesmo empréstimo, que está convertido, que está completamente convertido no nosso plano de atividades e orçamento para 2017 que vem esta câmara dentro de alguns dias. Portanto, vão ter toda a possibilidade de descortinar projeto a projeto, tudo aquilo que está no orçamento, não precisamos de inventar um novo momento. Obviamente para explicar o processo, tínhamos que fazer o enquadramento que eu fiz para ver a que é que nos candidatámos, mas não é mais do que isso.-----

----- Já agora deixem-me dizer. O Senhor Presidente não está aqui presente, porque está em Londres a representar o Município num momento também muito importante. E eu confesso-vos que, se fui competente para coordenar a equipa de trabalhadores que apresentou este projeto ao BEI, também hei-de ser competente para o defender aqui nesta Câmara, com todo o gosto e com todo o prazer.-----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- Portanto, esta parte estará ultrapassada, penso eu, a seguinte gostaria de dizer relativamente à taxa fixa e taxa variável, em cada desembolso vai-nos ser apresentada essa mesma cotação que o Banco Europeu de Investimentos nos dá. E, aí o Município vai decidir como, aliás decide em múltiplas outras situações, qual a situação mais vantajosa para o Município e dará reporte dessa mesma situação, dessa mesma cotação e dessa mesma decisão aos órgãos municipais. -----

----- E, portanto, parece-me que o mecanismo está criado e que funciona normalmente, já funcionou cada vez que tivermos que ter um novo desembolso do empréstimo PIPARU. Portanto, eu não consigo perceber qual é que é a diferença. A diferença é que este empréstimo é melhor, de facto, há aqui uma *nuance*, é que este empréstimo é melhor, tem melhores condições e o Município está em muito melhores condições financeiras do que aquelas que, infelizmente, teve que suportar da herança que teve há uns anos atrás. -----

----- Relativamente ao controle da capacidade de endividamento, ela é feita também em cada momento, ela tem de ser reportada à DGAL, ao Tribunal de Contas e nos próprios relatórios do BEI, que também eles mesmos vão analisar esta questão, bem como, quando o relatório para aqui vier, certamente, será completamente escrutinado. Estamos a falar de uma abordagem matemática, ou temos capacidade de endividamento ou não temos e, cumpre àqueles que têm essas funções executivas, zelar para que assim aconteça e sofrer as consequências se não forem capazes de o acautelar. -----

----- E, portanto, não me parece. Também, aliás, como acontecia em qualquer desembolso do PIPARU, estávamos sempre a falar era de situações diferentes, do PIPARU ou de qualquer outro empréstimo que esta Assembleia permitiu que fosse contratado. -----

----- Já relativamente às questões que foram levantados pelo Senhor Deputado Luís Newton, há aqui uma questão que eu confesso que fico surpreendido, porque uma mentira dita vinte vezes não é uma verdade. Há aqui uma noção que temos que ter todos sobre esta matéria. Eu apresentei ali um mapa que mostrava claramente que, a 31 de Dezembro deste ano, nós temos a expectativa e é, digamos, a dívida mais baixa dos últimos 10 anos do Município, vamos ter cerca de 570 milhões de euros de dívida legal. E, as nossas previsões é que contratando o empréstimo de 250 milhões e utilizando-o ao longo destes 5 anos, com a capacidade de amortização que estamos a ter e com a melhoria das condições do serviço da dívida, vamos terminar 2020 com 318 milhões de euros de dívida legal. Portanto, se bem, isto é só fazer a conta, 570 menos 318, é menos. -----

----- E, portanto, a dívida daqui por 5 anos, vai ser menor do que a dívida hoje. Tenho que repetir ou já ficou claro? -----

----- É porque dizer sistematicamente coisas que não são verdade e tentando passar uma nuvem de fumo sobre esta matéria, eu percebo que os senhores têm dificuldade em assimilar isto, porque os senhores que se comprometeram a nível do país a baixar a dívida e só a fizeram crescer, têm dificuldade em perceber qualquer continha que faça diminuir a dívida. -----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- Para além disso, há uma outra questão importante, é que os senhores deixaram de dívidas só a fornecedores quando saíram daqui em 2007 mais do que hoje nós temos em toda a dívida legal. Portanto, se não se importam, primeiro vão fazer alguma coisa de positivo sobre esta matéria do endividamento e depois venham cá falar connosco. --  
----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vereador, ouvimos. -----

----- Temos agora novamente um pedido de palavra do Senhor Deputado Luís Newton, tem a palavra. Tem a palavra e tem tempo, o Senhor Vereador e a Câmara é que já não têm tempo para responder, já esgotaram todas as cedências.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhor Vereador, já lhe disse que simpatizo muito consigo e que quando o vejo exaltado e avermelhado, fico sempre preocupado.-----

----- Mas aquilo que eu lhe quero dizer, você, de facto, não respondeu. Em primeiro lugar não o acho que seja mais ou menos competente para estar aqui, eu nem sequer falei da sua competência para estar aqui. Isso é um problema, Freud explica isso. O que eu disse foi que o Senhor Presidente da Câmara tinha assumido um compromisso com o PSD nesta Assembleia e que ele devia estar cá, porque ele ainda não executou nada relativamente a esse compromisso. Era ele que devia responder, o Senhor não está mandatado certamente para isso, como, aliás, não está de certeza, porque ainda não respondeu a isso. O Senhor já falou de tudo e mais alguma coisa, menos disso. ---

----- E, depois em segundo lugar...Então responda por favor...Então em segundo lugar dizer-lhe outra coisa muito importante Senhor vereador, é que o Senhor Vereador na proposta, no ponto nº 3, diz ‘autorizar que o valor dos investimentos por área de atuação patenteados no Anexo 1 possam ser objetos dos reajustamentos, quer entre elas, quer de cronograma que se mostrem adequados à execução, sem necessidade de nova autorização pela Assembleia Municipal’-----

----- Portanto, Senhor Vereador, o Senhor pretende aquilo que eu já lhe disse e torno-lhe a dizer, que, por princípio, estamos de acordo. Vossa Excelência quer aqui transformar isto num debate que não o é. Isto é uma pergunta simples que eu já vim cá ter que fazer três vezes, porque Vossa Excelência ainda não quis ou responder, ou entender e, que eu gostava de ver respondida.-----

----- Houve um compromisso assumido nesta Assembleia perante os Deputados Municipais do Senhor Presidente da Câmara. E a pergunta é muito clara. Esse compromisso, que ainda não teve qualquer concretização, vai ter ou não vai ter?-----

----- Porque eu até agora a única coisa que ouvi, foi um conjunto de festas e fogachos à volta da questão. E o que eu gostava de ter tido por parte do Senhor Vereador, para o qual estou disponível para ceder tempo, é sim ou não? São simples segundos. Muito obrigado Senhor Vereador.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- “O Senhor Vereador já não tem tempo para responder. -----  
----- De qualquer modo, o Senhor Deputado levantou o seu problema. O Senhor Deputado Luís Newton cede 27 segundos. Muito bem, Senhor Vereador tem então o tempo para responder, se assim o entender.” -----  
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra respondeu o seguinte: -----  
----- “Bem, vou ser muito rápido.-----  
----- Bem, então a primeira questão que é, sem a autorização da AML, autorização da AML para todos os projetos a financiar dentro do BEI, dentro deste empréstimo estarão aprovados cada vez que a assembleia se pronunciar sobre o Orçamento e o Plano Plurianual. Nada pode ser fora desse âmbito, seriam duas autorizações, seriam duas autorizações.-----  
----- Se não querem perceber a tecnicidade da coisa, eu depois posso explicar lá fora. --  
----- Quanto à consensualização.” -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Oh Senhores Deputados, agradecia que criassem condições para ouvir a resposta. A resposta pode não vos agradar, mas é a resposta que a Câmara está a dar, portanto, vamos aqui democraticamente ouvirmo-nos uns aos outros.” -----  
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, prosseguiu: -----  
----- “Quanto à consensualização, tenho duas coisas a dizer e estou mandatado para as dizer. -----  
----- Primeira questão, não há projeto mais consensual na Câmara que o PGDL.-----  
----- Eliminámos um não foi? Já está, esse está resolvido. Sobre esse não tem dúvidas, pois não? Está consensualizado, votámos por unanimidade de acordo com aquele plano que lá está. É isso que nós estamos a verter neste projeto. Essa parte está consensualizada certo? -----  
----- Segundas duas gavetas, regeneração urbana e habitação social. A qualquer momento os órgãos do Município podem ajustar os projetos individuais que lá estão, podem tirar aqueles e pôr outros, não precisam de ser consensualizado. Em cada momento, no Orçamento e no Plano Plurianual, faremos esse trabalho. Para quê, duplicar instrumentos? -----  
----- Os senhores têm tanta vontade de consensualizar coisas, mas é só aquilo que já está consensualizado.-----  
----- Não, peço desculpa.-----  
----- Sim, é assim.”-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Oh Senhores Deputados, a Mesa pede respeito. O Senhor Vereador está a acabar de falar, os Senhores deputados farão a interpretação que quiserem do que o Senhor Vereador está a dizer, mas ouvem até ao fim, ouvem até ao fim.” -----  
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, prosseguiu: -----  
----- “Não tinha não. -----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- E, já agora digo-lhe, que é, eu não sei é se os senhores depois quando formos consensualizar isto em momento de discussão orçamental, não fazem como fizeram no passado que fogem à discussão.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados chegámos ao fim deste debate, vamos passar à votação que é uma votação nominal. Peço para ter em atenção que têm quer os cartões presentes convosco. A Mesa, como habitualmente, fará, isto para ser aprovado tem que ter maioria absoluta e, por isso, é que é uma votação nominal.-----

----- Vamos fazer a chamada, a cada chamada o Senhor Deputado apresenta o cartão que lhe convém e a Mesa anuncia aqui a pessoa e o voto que está a ser feito, no fim daremos o resultado.-----

----- Vamos começar.-----

----- A Mesa vai pôr a votação nominal a **Proposta n.º 605/CM/2016**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 605/CM/2016 foi **aprovada**, com a seguinte votação:-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, contra; Ana Luísa Flores de Moura e Regedor, a favor; Ana Maria Gaspar Marques, a favor; Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Batista, a favor; Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, a favor; André Nunes de Almeida Couto, a favor; António Modesto Fernandes Navarro, a favor; Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, a favor; Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, a favor; Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, a favor; Carla Cristina Ferreira Madeira, a favor; Carlos José Pereira da Silva Santos, a favor; Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, a favor; Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, contra; David Miguel Santos Amado, ausente da sala; Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, a favor; Fábio Martins de Sousa, a favor; Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, contra; Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, contra; Floresbela Mendes Pinto, a favor; Hugo Alberto Cordeiro Lobo, a favor; Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, a favor; Isabel Cristina Rua Pires, a favor; João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, ausente da sala; João Luís Valente Pires, a favor; João Manuel Costa de Magalhães Pereira, contra; José Alberto Ferreira Franco, a favor; José António Cardoso Alves, a favor; José António Nunes do Deserto Videira, a favor; José Luís Sobreda Antunes, a favor; José Manuel Marques Casimiro, a favor; José Manuel Rodrigues Moreno, a favor; José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, a favor; José Roque Alexandre, a favor; Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, contra; Mafalda Ascensão Cambeta, ausente da sala; Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, a favor; Margarida Carmen Nazaré Martins, a favor; Margarida Maria Moura Saavedra, contra; Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, a favor; Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, a favor; Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, a favor; Maria Irene dos Santos Lopes, a favor; Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, a favor; Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, ausente da sala; Miguel Alexandre Cardoso Oliveira



Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

Teixeira, a favor; Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, a favor; Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, a favor; Nuno Ferreira Pintão, a favor; Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, a favor; Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, a favor; Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, a favor; Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, a favor; Rita Susana da Silva Guimarães Neves, a favor; Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, contra; Rosa Maria Carvalho da Silva, contra; Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, a favor; Vasco Miguel Ferreira dos Santos, abstenção; Vítor Manuel Dias Pereira Gonçalves, contra; João Diogo Santos Moura, ausente da sala; Duarte Albuquerque Carreira, a favor; Rosa Lourenço, a favor; Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, a favor; Nuno Ricardo Dinis de Abreu, a favor; Carla Rothes, a favor; Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, a favor; Susana Maria da Costa Guimarães, a favor; Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, a favor; Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, a favor; Luís Graça Gonçalves, contra; Sofia Margarida Vala Rocha, contra; Patrícia Caetano Barata, ausente da sala; Nélon Pinto Antunes, contra; Gabriel Maria Baptista Fernandes, abstenção; Paulo Manuel Bernardes Moreira, contra. -----

----- Entretanto o Senhor Deputado entrou durante a votação, o Senhor Deputado que ainda não votou, entrou durante a votação que nós tínhamos dado. Não pode votar? Muito bem. -----

----- Oh Senhores Deputados, eu peço desculpa, não vale a pena, não vai fazer qualquer alteração no resultado, não vale a pena. Se dizem que não pode votar, tinha que ter respondido à chamada. Normalmente quando são pessoas ausentes da sala, eu pergunto se entretanto a pessoa chegou, mas se entendem que isso não se pode fazer, não se faz. -----

----- Não há alteração no resultado, não há alteração nos resultados, é uma questão de procedimento. Este pormenor em concreto, não está no nosso regimento, portanto, aqui há algum arbítrio. -----

----- Está-me o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo a dizer, que há precedentes de se chamar uma segunda vez as pessoas que não participaram na votação para votar. Portanto, se há precedentes Senhores Deputados, eu peço que não criem um incidente por uma matéria que o resultado é pacífico e as pessoas têm...oh Senhores Deputados, não há apartes quando a Mesa está a conduzir os trabalhos, peço desculpa. -----

----- Estou a ver, vamos verificar os ausentes, portanto, vamos chamar novamente todos os ausentes.” -----

----- (Neste momento foi efetuada uma segunda chamada aos Senhores Deputados que se encontravam ausentes da sala durante a votação, sendo que o Senhor Deputado Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp foi o único que se encontrava na sala e tendo exercido o seu direito de voto.) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados deem agora um minuto à Mesa para fazermos as somas e depois podermos proclamar o resultado. -----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- A Mesa já verificou a votação, portanto, a proposta em votação nominal obteve os seguintes resultados: catorze votos contra, duas abstenções, cinquenta e três votos a favor, seis Deputados ausentes da sala, o que perfaz o total de 75 membros desta Assembleia Municipal, a proposta está aprovada por maioria.-----

----- Vamos prosseguir.-----

----- Há Deputados a pedirem declarações de voto, terá que ser declaração de voto individual porque a votação é nominal, não há declaração de voto de bancada. Pode ser individual, podem todos os Senhores Deputados fazerem, se assim o entenderem, podem todos fazer e ficará na Ata. Aqui não há voto de bancada, portanto, é votação nominal, não pode haver uma pessoa a fazer declaração de voto pelos votos alheios, portanto, se assim o entenderem.-----

----- O Senhor Deputado Luís Newton apresentará uma declaração de voto, por escrito, posteriormente irá para a Ata, não pode ser feito agora neste momento.-----

----- O Senhor Deputado do CDS também vai fazer uma declaração de voto que fará chegar à Mesa.-----

----- A Senhora Deputada Margarida Saavedra também quer apresentar uma declaração de voto.-----

----- Todos os Senhores Deputados do PSD querem apresentar uma declaração de voto? Muito bem, assim o farão aqueles que o entenderem.-----

----- Senhores Deputados terão depois que me indicar, neste momento, aqueles Senhores Deputados do PSD que querem apresentar uma declaração de voto que é para ficar registado em Ata, senão, não fica, não, tenho aqui a indicação que não são todos.-----

----- Portanto, eu estou a pedir para o indicarem individualmente: Senhora Deputada Margarida Saavedra (PSD); Senhor Deputado Magalhães Pereira (PSD); Senhor Deputado Luís Graça Gonçalves (PSD); Senhor Deputado Vítor Gonçalves (PSD); Senhor Deputado Luís Newton (PSD); Senhora Deputada Sofia Vala Rocha (PSD); Senhor Deputado Fernando Braamcamp (PSD); Senhor Deputado Daniel Gonçalves da Silva (PSD); Senhor Deputado Fernando Ribeiro Rosa (PSD); Senhor Deputado Nelson Pinto Antunes (PSD); Senhor Deputado Álvaro Carneiro (PSD); Senhora Deputada Rosa Carvalho da Silva (PSD); Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP).-----

----- Ficou esclarecido, as declarações de voto serão posteriormente apresentadas e vamos prosseguir, agora sim.-----

----- Senhor Vereador peço desculpa, a Câmara pede a palavra para?”-----

----- **O Senhor João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para solicitar à Mesa que seja votada a Ata em minuta ou este ponto em minuta, se fosse possível, para acelerarmos o processo e entrar no Tribunal de Contas.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Ata em minuta não carece de aprovação e, portanto, irá imediatamente ser feita amanhã e para o Tribunal de Contas iremos pedir aos serviços que façam o

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

excerto deste ponto da Ordem de Trabalhos, para poder ser aprovado devidamente e ser enviado ao Tribunal de Contas.-----

----- Mais alguém pede a palavra?-----

----- Senhores Deputados temos além desta proposta e sobre ela, uma recomendação que tem a ver com a utilização da possibilidade da taxa de juro fixa ou variável para ser em cada altura escolhida a que for mais favorável ao Município. É Recomendação n.º 5/124.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 5/124**. A Recomendação n.º 5/124 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Proposta 605/CM/2016*-----

----- ‘*Programa de Investimentos Lisboa XXI Financiamento a médio e longo prazo do Banco Europeu de Investimento (BEI)*’-----

----- *Gabriel Maria Baptista Fernandes declara que que se absteve na votação da Proposta em epígrafe por a proposta apresentada de financiamento a MLP, o Plano de Investimentos prever três áreas de intervenção; Regeneração Urbana, Habitação Social e Ambiente/Plano de Drenagem, sobre as quais se verifica uma ausência de informação na discriminação das obras/projetos que estão integrados dentro de cada área.*-----

----- *Esta falta de informação torna difícil o acompanhamento, durante os próximos dois anos, da execução do financiamento do 1º contrato, associado a projetos/ações, e as opções tomadas em benefício de uns e em detrimento de outros.*-----

----- *Lisboa, 15 de Novembro de 2016*-----

----- *O Deputado Municipal do CDS-PP*-----

----- *Gabriel Maria Baptista Fernandes*”-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.)-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Fernando Braamcamp (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Daniel Gonçalves da Silva (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.)-----

Apreciação e discussão do Ponto 3 da “Ordem de Trabalhos”  
Proposta n.º 605/CM/2016

----- (O Senhor Deputado Municipal Daniel Fernando Ribeiro Rosa (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.) -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Daniel Nélson Pinto Antunes (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.) -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Daniel Álvaro Carneiro (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.) -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD), não apresentou posteriormente a Declaração de Voto.) -----

(...) ----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quinze minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----